

João Francisco Neves

Psicanálise de Família:

Uma teoria e uma clínica da pós-modernidade

Phorus i.p. – Instituto de Psicanálise
Segunda Jornada
Pós-Modernidade:
família, casal e suas vicissitudes

30 de outubro/2004

Resumo

Neste ensaio, parto de um fragmento clínico, de uma notícia histórica, de uma vinheta filosófica e de breves considerações sobre a modernidade/pós-modernidade com o objetivo de estabelecer as bases da Psicanálise de Família. Em seguida, são enfocados os impasses desencadeados pela escuta do sujeito individual. Finalmente, são examinadas as razões e as implicações decorrentes da escuta psicanalítica da família.

Palavras-Chave: Psicanálise; Família; Teoria clínica; Pós-modernidade.

Faço minhas as palavras de Castoriadis para definir a produção teórica da Psicanálise a partir da prática clínica:

“Uma figura do psíquico como ao mesmo tempo efetiva é pensável, é criada/admitida/proposta, sem que se possa estabelecer a parte ‘exata’ [...] desses três elementos: projeção (o analista enuncia como verdadeira em geral ou hic et nunc uma formulação de sua própria representação); intuição/empatia (o analista dá uma formulação do que ele ‘vê’ como representação do outro), enfim, criação simpliciter: tal enunciado admitirá como figura/forma/sentido o que até então permanecia, para ele e para o outro, não representado e não representável, não pensado e não pensável.”

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*, p.120.

Um pedido

O presente texto, que tenho a pretensão de, um dia, tornar a referência básica para um ensaio, é fruto das minhas últimas reflexões sobre a escuta psicanalítica do sujeito e da família.

Aos eventuais leitores, tenho, pois, um pedido: façam chegar a mim seus comentários, dúvidas ou questões, seja de forma direta — oral —, seja por escrito. Nessa parceria, penso que estaremos, de uma ou de outra maneira, pagando uma dívida simbólica para com nossos pacientes e os analistas que nos antecederam, especialmente Freud e seus sucessores.

Psicanálise¹ de² Família³: uma teoria e uma clínica da pós-modernidade⁴

Falar sobre a escuta psicanalítica de família traz-me, confesso grande entusiasmo. Entretanto, antes de tratar do tema proposto, desejo, por uma questão de coerência ética, situar-me, fazendo alguns esclarecimentos.

Primeiro

A teoria e a práxis da escuta psicanalítica de família aqui esboçada resultaram de um longo processo de criação, ainda em andamento, e, certamente, sujeito a correções e mudanças.

Segundo

Com as reflexões que ora proponho — elaboradas a partir de um fragmento clínico, de uma sinopse histórica, de uma vinheta filosófica e de brevíssimas considerações teóricas e tendo, ainda, como referência inicial a escuta do sujeito —, pretendo articular uma espécie de sumário⁵, sublinhando alguns pontos com vistas ao estudo, ao questionamento e à discussão

1. Com relação à atuação da Psicanálise na família, como se verá adiante, todos os seus conceitos dessa área são utilizados nas formulações teórico/clínicas desse novo paradigma proposto. Mesmo assim, é visível que, entre muitos analistas, há uma série de restrições a essa nova forma de escuta. Para alguns, nesse novo enfoque, há uma espécie de bricolagem do discurso psicanalítico com a Psicologia, que leva a Psicanálise a silenciar sobre sua especificidade — ou seja, a escuta do sujeito conforme o modelo psicanalítico clássico.

²A propósito da denominação “psicanálise de família” ou “psicanálise da família”, resolvi consultar a Professora Dra. Letícia Malard, da UFMG, de quem recebi o seguinte *e-mail*: “**PSICANÁLISE DE FAMÍLIA OU PSICANÁLISE DA FAMÍLIA ?**”

Do ponto de vista da Língua Portuguesa, ambas as formas estão corretas: pode-se dizer Psicanálise ‘da família’ ou ‘de família’, com o mesmo sentido genérico. Tanto que existe a expressão ‘Psicanálise de família e casal’, que está correta. Aí se preferiu o ‘de’, por economia vocabular, isto é: se o ‘de’ fosse acompanhado do artigo, a expressão teria de ser “Psicanálise **da** família e **do** casal”, aumentando-se um vocábulo (do) na expressão.

Do ponto de vista pessoal, eu e a Profa. Ângela Vaz Leão — com quem conversei sobre o assunto — preferimos “da família”. Fazemos analogia com expressões semelhantes: Psicanálise **do** medo e não de medo; Psicanálise **da** vida cotidiana e não **de** vida cotidiana. Letícia Malard, em 5 de outubro de 2004.”

Da minha parte, por analogia com psicanálise de grupo, estou optando, a partir deste trabalho, definitivamente, por **Psicanálise de Família**.

³Segundo Roudinesco, “a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns aos outros: um *genos*, uma linhagem, uma raça, uma dinastia, uma casa, etc.” Já para Lacan, “a família não passava da expressão social de uma desordem psíquica perfeitamente organizada em aparência, mas incessantemente destruída a partir de dentro”. (ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desorde*.. p18 e 150.)

⁴ O presente texto quase telegráfico, com novos e importantes acréscimos, bastante modificado, portanto, resultou da junção de três outros: “Uma escuta possível”, de 2001, “Da escuta do sujeito à escuta de família: um novo paradigma”, de 2004 e “A escuta psicanalítica de família: uma revolução paradigmática, de 2004.

⁵Sendo assim, trata-se muito mais de um projeto que, propriamente, de um texto. Daí a densidade do seu conteúdo, com um grande número de referências.

do assunto, com o objetivo primordial de estabelecer as bases para uma verdadeira Psicanálise de Família.

Terceiro

O texto — o manifesto — é como o relato de um sonho. E como em todo sonho, há que se considerar o latente, as condensações, os deslocamentos, o simbólico, etc. E, para muito, muito mais além, a realização de um desejo...

Quarto

Com as presentes colocações não busco criar ou alimentar polêmicas; por outro lado, no entanto, não posso negar que não haja controvérsias a respeito do proposto.

Pontos de partida

1º) Fragmento clínico

- **Primeiro momento: década de oitenta do século XX**

Um casal, em conflito, separa-se de forma litigiosa. Tem dois filhos, menores — uma menina e um garoto —, ambos ainda na primeira infância. Durante os anos que se seguem, o pai mantém relações esporádicas com os filhos. O último contato, no entanto, ocorreu há 12 anos.

- **Segundo momento: primeira década do século XXI**

O garoto — agora um rapaz com mais de 20 anos — resolve sair de casa, porém de forma abrupta e em conflito aberto com os familiares. Ao que se sabe, ele estaria vivendo com a namorada, na casa de um amigo. Não deixa endereço. Nas tentativas da família — reduzida à mãe e à irmã — de fazer contato, ele mostra-se reticente e extremamente agressivo. Nesse clima, mãe e filha procuram-me, profundamente consternadas, chorando... Numa sessão, a menina — hoje uma jovem com 26 anos — declara emocionada: “Eu não sei qual a função de um pai em casa...”

2º) Notícia Histórica

O rei Luís XVI é preso, julgado e condenado à morte. Em 21 de janeiro de 1793, é decapitado na guilhotina. Por toda a Europa, os reis tremem. A cabeça cortada e sangrante do rei, erguida em praça pública lotada, é o aviso que a França revolucionária envia aos soberanos do Velho Continente, junto com o grito de “Morte aos tiranos!”. (<http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-geral/revolucao-francesa.html>).

3º) Vinheta Filosófica

‘Deus está morto’⁶ significa que a fé no Deus cristão não é mais digna de fé. ‘Deus’ é o nome para o domínio das Idéias e Ideais. Desde Platão, e mais exatamente desde a interpretação helenística e cristã da filosofia platônica, esse mundo supra-sensível é considerado como o verdadeiro mundo, o mundo propriamente real. O mundo sensível [...] é apenas um ‘cá embaixo’, um mundo cambiante, portanto puramente aparente e irreal. ‘Cá embaixo’ estamos no vale de lágrimas, por oposição ao monte da felicidade eterna além. Assim, ‘Deus está morto’ significa: o mundo supra-sensível não tem mais poder eficiente. Não oferece nenhum caminho.⁷

4º) Considerações teóricas — para pensar, refletir e articular cada um dos módulos.

Α - Fatos

- Um pai desaparece, um rei perde, literalmente, a cabeça e Deus é considerado morto. Séculos e décadas separam esses dois acontecimentos e essa reflexão filosófica. O que há

⁶ Para mais informações a respeito da fragilidade de Deus pai, ver: ROUDINESCO, *A família em desordem*, p. 32-34.

⁷ HEIDEGGER, M. 1949:261. In: BEZERRA, Benilton; PLASTINO, Carlos Alberto (orgs.). *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje*. p.257.).

de comum, substancialmente, nessas três histórias? Quando um pai, um rei e um deus têm um mesmo destino, todos saem ou são convidados a sair ou, ainda, são considerados fora de cena, cada um há seu tempo? Quais as conseqüências disso para a teoria e a clínica psicanalítica?⁸

Ω - Questões

- Súmula da função paterna
 - No mundo pré-moderno: O pai como um referente absoluto. A força centrípeta do pai é exercida em toda a sua plenitude.
 - No mundo moderno: O referente, até então tido como absoluto, perde progressivamente sentido/espço.
 - No mundo pós-moderno: O pai deixa de ser um referente absoluto. A força centrífuga do pai é o que predomina.

A) Da concepção do mundo à escuta

Nesse processo interminável do sujeito — de conhecer em torno de si e a si mesmo — fica uma interrogação: Se a apreensão da chamada realidade objetiva do mundo estaria, até certo ponto, inacessível a nós, o que dizer da apreensão — chamada de magmática⁹ — da interioridade psicológica? A identificação primária — comunicação de inconsciente a

⁸ Sabe-se que, para a Psicanálise, a família estrutura-se a partir do assassinato do pai pelos filhos, das dúvidas quanto à autoridade patriarcal e da emancipação das moças em relação ao controle sexual exercido pelas mães. Freud em *A interpretação de sonhos* (1900) esclarece: “Quanto maior o poder do pai na família antiga, mais o filho, seu sucessor natural, devia se sentir seu inimigo, e maior devia ser sua impaciência por alcançar por sua vez o poder, com a morte de seu pai. Em nossas famílias burguesas, o pai desenvolve o germe da inimizade natural que há em suas relações com seu filho não lhe permitindo agir a seu bel-prazer e recusando-lhe o meio de o fazer[...] Os pais se apegam de uma maneira doentia ao que resta da antiga *potestas patris familias* em nossa sociedade atual, e um autor está sempre seguro do que afirma quando, como Ibsen, coloca em primeiro plano em seus escritos o antigo conflito entre pai e filho. As ocasiões de conflito entre a mãe e a filha surgem quando a menina cresce e encontra em sua mãe uma guardiã no momento em que reivindica sua liberdade sexual. Quanto à mãe, vê no desabrochar de sua filha um aviso: já é hora de renunciar às suas pretensões sexuais.” (ROUDINESCO, *A família em desordem*, p.61).

⁹ O conceito de magma foi desenvolvido por Cornelius Castoriadis. Ver: *A instituição imaginária da sociedade*.

inconsciente – descoberta por Freud permite a apreensão do real psíquico que ultrapassa, sem a menor dúvida, a concepção/horizonte do paradigma da modernidade.

B) Da modernidade à escuta do sujeito

B-1) Da modernidade – síntese da trajetória do sujeito

A Psicanálise nasce no intercurso da modernidade com a pós-modernidade. Para mim, Freud é portador extremamente lúcido de uma modernidade tardia e de uma pós-modernidade nascente. Nessa ótica, a ascensão do sujeito marca, para muitos pensadores, o aparecimento da modernidade. Se assim for, não me parece uma tarefa fácil definir em que momento o projeto da modernidade se estabelece. Na realidade, para mim, o conceito de sujeito tal como conhecido hoje é fruto de um longo processo que se confunde com o que se convencionou chamar de *Homo sapiens*.

No mundo pré-moderno, dá-se uma junção perfeita entre o **sujeito** e a **coisa**. O aparecimento da modernidade caracteriza-se pela ruptura entre os registros do sujeito e do objeto. Nessa perspectiva, quando ocorre a quebra do referente absoluto – Deus –, o homem é colocado e sente-se em queda livre. A partir desse momento, cada sujeito, isoladamente, é obrigado e vê-se na obrigação de produzir sentido ininterruptamente. Como se verá adiante, esse processo incessante de produção de sentido torna-se epidêmico na pós-modernidade.¹⁰

A modernidade tem, pois, como fundamento o reino do sujeito e da sua representação. A emergência do sujeito coincide com o estabelecimento da sua interioridade psicológica. Por outro lado, considero que a lenta e inexorável ascensão do sujeito coincide com a progressiva decadência da função paterna.¹¹ A meu ver, Freud, antevendo a queda do pai, cria a Psicanálise, reintroduzindo, dessa forma, por intermédio de Édipo, o pai no discurso do sujeito, em que se torna a um só tempo sintoma e remédio.

Portanto, não tendo um lugar predefinido, a modernidade impõe a cada sujeito, sem exceção, a tarefa interminável e intransferível de auto-engendrar-se. A inovação sem trégua e

¹⁰ BEZERRA, B. PLASTINO, *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje*, p.197.

¹¹ A propósito da desintegração da figura paterna, Elisabeth Roudinesco enfatiza: “... esse terror de um fim do pai, de um naufrágio da autoridade ou de um poder ilimitado do materno, que invadiu o corpo social no mesmo momento em que a clonagem parece ameaçar o homem com uma perda de identidade.” (ROUDINESCO, E., p.10). O pai perde a sua soberania divina e, passo a passo, deixa de exercer a sua função simbólica..

uma crença inabalável na razão, acredita-se então, permitiriam um controle sobre a natureza e a construção de uma sociedade cada vez mais confortável e justa para todos.

Sumariando, pode-se dizer que a concepção do homem — falo, obviamente, do homem ocidental — como sujeito percorre um longo caminho:¹²

- Num primeiro estágio, embora o indivíduo exista em sua forma empírica, ele é visto e considerado como parte integrante de uma estrutura maior: o Cosmo. Ele pertence ao mundo conhecido, então, como antigo/grego/romano/judaico/cristão. Pode-se chamar esse tempo de *pré-moderno*.
- Num segundo estágio, toda a estrutura social passa a se apoiar no *"homem [que] na qualidade de indivíduo foi alçado à condição primordial de medida de todas as coisas"*¹³. Daí, chega-se ao individualismo. Nesse sentido, o indivíduo, agora sujeito, é considerado como valor. É a marca fundante da modernidade. Ora ele aparece totalmente inserido na natureza: a redução; ora é considerado puro produto da cultura: é a disjunção. Está-se, agora, já nos tempos modernos, em que a crença nas certezas e, por conseguinte, no determinismo se torna uma das suas expressões máximas.
- Num terceiro estágio, o sujeito é visto como possuidor de um desejo, seu valor fundamental. É a era das incertezas. Com relação a certeza/incerteza/dúvida, Anthony Giddens afirma: *"A relação integral entre a modernidade e a dúvida radical é uma questão que, uma vez exposta, não é inquietante apenas para os filósofos, mas é existencialmente perturbadora para os indivíduos comuns."*¹⁴ São os tempos ainda modernos, mas já anunciando a pós-modernidade.

¹² BIRMAN, Joel. Psicanálise e o pensamento moderno, p.112. In: HERZOG, Regina. *A psicanálise e o pensamento moderno*.

¹³ BIRMAN, Joel. Op. cit. p.114.

¹⁴ GIDDENS, Antony. *Modernidade e identidade*, p.26.

Como a seguir se verá, enquanto a modernidade prepara o caminho para a escuta do sujeito, faz-se necessário aproximar-se mais do final da segunda metade do século passado, já na pós-modernidade, para se começar a pensar na escuta de família e de casal.

B-2) Sinopse da escuta do sujeito

Assim Freud sintetiza a escuta psicanalítica do sujeito, em Terapia Analítica:

"O tratamento psicanalítico pode ser comparado a uma operação cirúrgica e exigir, de modo similar, que seja efetuado sob condições que serão as mais favoráveis para seu êxito. Os senhores conhecem as medidas de precaução adotadas por um cirurgião: sala adequada, boa iluminação, auxiliares, exclusão dos parentes do paciente, e assim por diante. Os senhores bem podem imaginar, agora, quantas dessas operações teriam êxito se fossem realizadas na presença de todos os membros da família do paciente, a enfiarem o nariz no campo operatório e a clamarem em altos brados a cada incisão." (FREUD, 1975, v.16, p. 534-535.).

Sintonizado, pois, com o pensamento da época e refletindo, também, o enfoque médico, Freud, iluminista, só poderia ter tido justificadamente uma única conduta:

- ✓ **Do ponto de vista sociológico**, mostra-se sensível ao discurso individualizante, que, progressivamente, transforma o sujeito numa espécie de concha narcísica.
- ✓ **Do ponto de vista psicológico**, avalia que o sujeito é redimensionado e concebido num aparelho psíquico com suas divisões em ego, id e superego, conceito de pulsões — Eros, Thanatos, etc. Tudo isso é um claro exemplo da sua proposta.
- ✓ **Do ponto de vista clínico**, considera que o sujeito é retirado do seu meio e, de certa forma, isolado segundo o modelo médico tradicional — um paciente/um sujeito.

Em síntese, isolando-se e dissecando-se, chega-se ao sujeito. Um ser, segundo esse modelo, independente, pleno, embora sabidamente dividido. O *homo freudiano*, filho da modernidade¹⁵, foi — e ainda é — objeto privilegiado da escuta psicanalítica hoje considerada clássica: a escuta do inconsciente. Desse modo, Freud, além de ver e ouvir suas pacientes, começa a escutá-las. E sabe-se por que razão imaginou, então, que seria vantajoso, também, escutá-las. Ele percebe — e as primeiras pacientes é que lhe ensinam isso — que se pode ficar curado pela fala.

C) Da pós-modernidade à escuta de família

C-1) As vicissitudes da pós-modernidade

Assim, se a modernidade concebe um sujeito individual, embora dividido, dotado de valor/desejo, a pós-modernidade¹⁶ leva esse mesmo sujeito e o mundo que ele habita a uma fragmentação¹⁷. Tecnologia genética, globalização liberal, direitos humanos, terror, insegurança... Setembro de 2001/setembro de 2004: Nova Iorque/Beslan, Palestina/Israel.

¹⁵ Sob certa ótica, a Psicanálise seria, a um só tempo, pré, pós e moderna. A propósito dessa questão, Santi fez as seguintes considerações: “O pensamento de Montaigne se determina negativamente em relação ao meio que o cerca: a distração (no sentido mais forte) é sua regra. Pensamos sempre em outra coisa. A partir daí, como surpreender-se se o jogo dos contrários faz nascer a expansão na solidão e o monólogo interior em plena multidão?” (SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. *A crítica ao eu na modernidade*, p.127.).

¹⁶ "Entende-se por 'pós-modernidade' o conjunto de mudanças sociais e culturais, talvez profundas e irremediáveis, que vem se delineando desde o século XIX. Estas transformações estão representadas hoje pela aceleração das novidades tecnológicas, científicas e na área das telecomunicações que permitem a radicalização do indivíduo ao mesmo tempo que se despreocupa dos significados transcendentais, estejam eles no campo social, cultural, existencial e íntimo". (NOGUEIRA FILHO, Durval Mazzei. *Toxicomanias*. p.69).

¹⁷ Quanto à fragmentação do mundo atual, Anthony Giddens defende esta tese: "*Hoje é lugar-comum a afirmação de que a modernidade fragmenta e dissocia. Houve quem chegasse a supor que tal fragmentação marca a emergência de uma nova fase de desenvolvimento social além da modernidade — uma era pós-moderna. Mas as características unificadoras das instituições modernas são tão centrais para a modernidade — especialmente na fase da alta modernidade — quanto as desagregadoras. O 'esvaziamento' do tempo e do espaço pôs em movimento processos que acabaram por estabelecer um 'mundo' único onde antes não existia nenhum. Na maioria das culturas pré-modernas, inclusive na Europa medieval, o tempo e o espaço se misturavam com o reino dos deuses e espíritos, e também com o 'privilégio do lugar'. Tomados em conjunto, os diversos modos de cultura e de consciência característicos dos 'sistemas mundiais' pré-modernos formavam um cortejo genuinamente fragmentado de comunidades humanas. Por contraste, a modernidade tardia produz uma situação em que a humanidade e alguns aspectos se tornam um 'nós', enfrentando problemas e oportunidades onde não há 'outros'.* (GIDDENS, *Modernidade e identidade*, p.32).

O que obriga os analistas — especialmente por serem analistas — a reverem, mais uma vez, a forma como percebem esse mesmo mundo, cujas mudanças velozes transformam suas percepções, torna-se, então, um movimento circular sem fim.

Pode-se afirmar que a visão do mundo, a partir de Renascimento, traz duas implicações para a concepção do sujeito:

- Num primeiro momento, partindo-se de uma pessoa subsumida no universo, chega-se a um sujeito tido como separado de seu meio, único, individualista, narcísico, porém, até certo ponto, contido por uma série de estruturas econômicas, políticas, emocionais e sociais — como a Família, a Escola, a Igreja e o Estado.
- Num segundo momento, a partir dos anos 1950/1960/1970, esse mesmo sujeito, até então aparentemente estável, vai perdendo, progressivamente, a proteção das estruturas em que, antes, estava contido, permanecendo como um ser em suspensão, desprotegido.

Como se vê, esse sujeito, depois de cinco séculos, é o produto final de uma série de recortes. De início, ancorado/preso numa espécie de superestrutura, hoje, não passa de um ser virtual, completamente solto, à deriva.¹⁸ Enfim, está-se num mundo globalizado, descentralizado, interconectado e dessacralizado em que predomina o paradoxo. No atual contexto, é ainda possível se falar na possibilidade de um pacto edípico/pacto social, conforme deseja Pellegrino.¹⁹

C-2) O homem pós-moderno

Nestes novos tempos, não se pensa mais em analisar, como se vinha fazendo até então, somente algumas modificações no social e sua incidência na subjetividade de cada sujeito. Ao

¹⁸ Por mais que se possa considerar negativa a subjetividade contemporânea, é preciso que sejam sublinhados, como se fossem um contraponto, seus aspectos positivos. Esse mal-estar sempre denunciado pode ser o sintoma de um ressentimento, já antevisto por Nietzsche. Ou seja, a dificuldade de se aceitarem as transformações que o tempo impõe a todos. (FORTES, Isabel. In: PEIXOTO JR, Carlos Augusto. (Org.). *Formas de subjetivação*, p.83).

¹⁹ PELLEGRINO, Hélio et al. *Grupo sobre grupo*, p.195.

contrário, o que se percebe, na atualidade, é um fato incontestável: observa-se uma como que mutação, nunca vista antes, se processando, de forma rápida, alterando todo o tecido social e produzindo efeitos de toda ordem. Daí a importância, eu diria, ética — especialmente para os analistas — de se repensar o mundo em que se vive enfocando-se não só o sujeito, mas também seu estar-no-mundo, com todas as suas implicações. Essas transformações rápidas trazem o que se convencionou chamar de nova economia psíquica. Charles Melman esclarece: *“Há uma nova forma de pensar, de julgar, de comer, de transar, de se casar ou não, de viver a família, a pátria, os ideais, de viver-se.”*²⁰

Hoje, mais do que nunca, percebe-se que a sustentação do sujeito não se dá mais com referência a um ideal, mas a um objeto. Sem uma inscrição simbólica sustentável, o sujeito — antes em desespero, atualmente, também, em desalento — sente muita insegurança, angústia e, sobretudo, incerteza. Além disso ou, talvez, por tudo isso, no tempo presente, vêm aumentando, de forma visível, as chamadas patologias da pós-modernidade. É cada vez maior o apelo ao fundamentalismo, às tiranias de toda ordem, numa crença cada vez mais arraigada nas soluções autoritárias. Se cada um se sente com direito a tudo que deseja, há uma forte tendência ao igualitarismo. Com tudo isso, desaparece o sujeito do desejo que é substituído pelo sujeito da necessidade, da demanda. Dessa forma, passa-se rapidamente da civilização do recalque para a civilização do gozo. Essa liberação sem limites leva todos para o caminho da “desespecialização”, ou seja, a saída da “espécie humana.”²¹ Daí uma forte inclinação à passagem ao ato em decorrência de um apelo contínuo à emoção, que eclipsa, então, a razão e o julgamento. O novo “deus” é o mercado, e o hiperconsumismo, a religião. O adulto tende a permanecer no que Charles Melman chama de uma criança generalizada.

C-3) Da escuta da família

Como se pode ver, a pós-modernidade implica perdas e exigências de toda ordem, que precipitam o aparecimento de patologias narcísicas, estados-limite, ao contrário do que se verificou no princípio do século XX, quando se podia circunscrever o sintoma.²² A propósito, Meireles afirma:

²⁰ MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*, p.15.

²¹ LEBRUN, J.P. *Um mundo sem limite*, p.12 e 211.

²² O CID-10, concebido na segunda metade do século passado, é uma tentativa de se estabelecerem critérios diagnósticos, claros e precisos, embora se saiba que a preocupação um tanto pragmática de circunscrever o sintoma deixa de fora suas implicações com o meio familiar.

"Nesse sentido, o que se constata agora na queixa sintomal são crises individuais, de casais e de famílias, entrelaçadas de tal maneira em uma estrutura de significações que, como em movimento de caleidoscópio, torna irrelevante, ou mesmo impossível, seu congelamento em um fotograma de conflito que as esgote"²³ (MEIRELES, 2001,p.34)

Diante dessas estruturas afetivas, que, às vezes, impossibilitam uma delimitação clara de diagnóstico, os analistas da segunda metade do século XX começam a perceber que os pacientes já não são os mesmos, que nos tempos de Freud. Esclarece Charles Melman:

*“Passamos de uma cultura fundada no recalque dos desejos e, portanto, cultura da neurose, a uma que recomenda a livre expressão e promove a perversão. Assim, a ‘saúde mental’, hoje em dia, não se origina mais numa harmonia com o ideal mas com um objeto de satisfação. A tarefa psíquica se vê enormemente atenuada, e a responsabilidade do sujeito apagada por uma regulação puramente orgânica”*²⁴ (MELMAN, 2003,p.15)

Em parte, tal mudança dá-se porque, na modernidade, o sujeito, embora individualista, narcísico, certamente se sente muito mais amparado pelo meio circundante — sobretudo a Família, a Escola, a Religião e o Estado.

Quanto ao sujeito típico destes tempos pós-modernos, ainda que continue da mesma forma individualista, narcísico, agora ele sinaliza um sentimento de desamparo e solidão. Nos casos extremos, como já apontado, predomina o desalento. As estruturas que o sustentavam, até então, perdem grande parte da sua eficiência ou, praticamente, desaparecem. Para esse sujeito, o mundo, hoje, não constitui mais uma representação sustentável. Segundo Ehrenberg, comentado por Peixoto Prata²⁵, a “*equação*” desse novo sujeito soberano, nos tempos atuais, traz como consequência uma plena liberação psíquica, com enfoque nunca antes visto nas iniciativas individuais, que se traduz em insegurança identitária e em impotência para agir.

É cada vez maior o número de pacientes que apresentam queixas em situações que não é possível, em muitos casos, definir/circunscrever claramente os sintomas, segundo o paradigma empregado no período 1920-1950, pelos primeiros analistas. É como se o sintoma, em muito, transcendesse o sujeito, deixando-o como que assujeitado.

²³ MEIRELES, Marilúcia Melo. Anomia: a patologia social a virada do milênio, p.34.

²⁴ MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*, p.15.

²⁵ PEIXOTO Jr, Carlos Augusto. *Formas de subjetivação*, p.39.

Portanto, diante desses novos quadros psicopatológicos, não só as categorias diagnósticas estão em processos de mudança, como também os processos terapêuticos estão diante de um novo paradigma. Dessa forma, se o paciente, como diz Freud, pode e deve ser acolhido, ou seja, tratado como um ser à parte, separado das demais pessoas, o que fazer com aqueles sujeitos que ficam, em alguns casos, congelados nas suas relações que se poderiam classificar, num primeiro momento, de pré-edípicas? Ou ainda: Que fazer com os quadros psicossomáticos, *borderlines*, estados-limite? Ou, então, insisto, como lidar com o sofrimento expresso por meio da bulimia, do pânico, da anorexia, da ortorexia, a oneomania, do hikikomori, das compulsões, do alcoolismo, das toxicomanias, dos distúrbios de comportamento (incluindo também os canalhas), das disposições depressivas.

Para Melman, há pacientes que são portadores de um “*A-sintoma*”²⁶ – trata-se mais de um puro comportamento do que, propriamente, de uma conduta instrumentada pela lei simbólica. O que fazer? Segundo ele – e estou de pleno acordo –, uma psicanálise individual clássica, nesses casos, é contra-indicada, mesmo porque nem haveria demanda.²⁷

Começa-se, então, a conjecturar duas saídas possíveis que vão, de uma forma ou de outra, alterar os paradigmas anteriormente conhecidos:

- I. Insistir na escuta individual clássica, excluindo, assim, todos os outros pacientes que não se encaixam nos critérios de analisabilidade?²⁸

- II. Propor uma escuta desse sujeito, juntamente com sua família ou cônjuge, como uma das saídas possíveis, quando esse mesmo sujeito se julgar ou for considerado incapaz de sustentar um processo analítico individual? Ou, em outras palavras: Que fazer com os pacientes que, embora tenham uma indicação, não apresentam propriamente uma demanda?

²⁶ MELMAN, C. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*, p.92.

²⁷ Em psicanálise de família, o conceito de *demanda* e suas implicações merecem novas reflexões.

²⁸ Sendo assim, prevalece aquilo que Slavoj Žižek expressa muito bem ao dizer que “*a verdadeira escolha livre é aquela na qual eu não escolho apenas entre duas ou mais opções no interior de um conjunto prévio de coordenadas, mas escolho mudar o próprio conjunto de coordenadas*”. (ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!*, p.185.)

Retornando a Freud, há um texto, de 1916, sobre o tratamento psicanalítico em que ele é bastante explícito quanto à participação/interferência dos familiares no processo analítico:

“... segui a regra de não tomar um paciente em tratamento a menos que ele fosse sui juris²⁹ não-dependente de quem quer que fosse, nas relações essenciais de sua vida” (FREUD, v.16, p.536).

*“Nos tratamentos psicanalíticos, a intervenção dos parentes é perigo real e um perigo que não se sabe como enfrentar. Está-se precavido contra as resistências internas do paciente, que se sabe inevitáveis. mas como defender-se dessas resistências externas? (...) Ninguém que tenha alguma experiência das discórdias que tão seguidamente dividem uma família, haverá de se surpreender, sendo um analista, ao constatar que os parentes mais chegados ao paciente às vezes revelam menos interesse em sua recuperação do que na permanência da doença. Quando, como tantas vezes acontece, a neurose tem relação com os conflitos entre membros de uma família, os membros sadios não hesitam muito tempo em escolher entre seus próprios interesses e a recuperação daquele que está doente..”*³⁰(FREUD,v.16,p.535).

Esses trechos de Freud parecem-me ricos em argumentos tanto a **favor** de quanto **contra** a **inclusão** da família ou do cônjuge no processo analítico do paciente objeto de análise. Nas minhas reflexões e pesquisas – tanto teóricas quanto clínicas –, no passado e nos tempos atuais, essas recomendações freudianas podem ser examinadas/desconstruídas tendo-se em mente os pontos a seguir discutidos.

Primeiro

A) Em se tratando de um paciente, como diz Freud, "*sui juris, não-dependente de quem quer que fosse, nas relações essenciais de sua vida*", não tenho dúvida, **em princípio**, quanto à **importância ou à necessidade da exclusão da família ou do cônjuge de qualquer interferência no tratamento.**

B) No entanto, quando Freud fala das "*discórdias que tão seguidamente dividem uma família*", ou de se "*constatar que os parentes mais chegados ao paciente às vezes revelam*

²⁹ *Sui juris*, expressão latina, indicava, no Direito Romano, a prerrogativa de um indivíduo exercer todos os atos da vida civil. Correspondente à maioria civil, caracteriza a pessoa capaz, (Pesquisa *Internet*, site Google. www.google.com.br acesso em 01/10/04)

³⁰ FREUD, Op. Cit., p.534 -535.

*menos interesse em sua recuperação do que na permanência da doença”, ou, ainda, de que “a neurose tem relação com os conflitos entre membros de uma família”, ou, finalmente, de que “os membros sadios não hesitam muito tempo em escolher entre seus próprios interesses e a recuperação daquele que está doente”, não tenho, da mesma forma, a menor dúvida, em alguns casos, quanto à importância indiscutível da **inclusão da família ou do cônjuge no processo analítico do paciente apontado como portador da patologia — o paciente identificado (assujeitado/função fórica)**, ou seja, aquele que polariza todos os conflitos — mesmo porque, nos chamados casos extremos — estados-limite —, esse paciente em potencial está, segundo as indicações da Psicanálise clássica, fora dos critérios de analisabilidade.*

Segundo

Durante um certo tempo — até, talvez, o final dos anos 1980 — parecia-me convincente que as dificuldades entre o analisante clássico — *sui juris* — e a família ou o cônjuge e, em alguns casos, o ex-cônjuge envolvendo, também, os filhos de ambos, realmente não implicavam jamais a indicação de uma análise de família ou de casal, apesar de os conflitos estarem sempre presentes, de uma forma explícita ou latente, em todas as situações. Entretanto, nos dias atuais, diante das transformações que vêm ocorrendo na família e nas relações conjugais, quando o sujeito é obrigado a reinventá-las, impõe-se, em princípio, inclusive nos pacientes considerados *sui juris*, a presença dos seus familiares/cônjuges ou ex-cônjuges e filhos quando para tanto houver indicação. Em alguns casos, convivem, no mesmo espaço físico/afetivo, filhos(as) e “meios(as)-irmãos(ãs)”, frutos que os parceiros atuais trazem de antigos vínculos matrimoniais. Assim, em outro **setting/outro analista**, a família/o cônjuge, pais que, embora não tenham mais relações afetivas, têm filhos em comum, juntamente com o paciente tido como *sui juris*, podem reviver situações até então impossíveis numa relação analítica clássica. Tudo isso possibilita, no meu entender, que o processo vivido, anteriormente, numa relação a dois — analista/analisante — tome novos rumos. A proposta é a de que, a partir da escuta desses cônjuges, da família, dos pais e outros... enfim, todos tidos como resistentes, *se impliquem* entre si e no processo, que acabem solicitando, cada um de per se, uma análise individual com um terceiro ou quarto analista.

Entre outros casos, o analista vê-se na contingência de ficar na escuta de uma mesma família, ora com a mãe e os filhos, numa sessão, ora com o pai e os filhos, numa outra sessão, já que, geralmente, é impossível estarem todos juntos, por questões conflituosas, no mesmo

espaço, ao mesmo tempo. Há situações extremas em que as sessões familiares se realizam com presença de um único membro ou de, no máximo, dois — por exemplo, a mãe ou o pai, o pai ou a mãe e/ou um(a) filho(a) — justamente porque, num primeiro momento, a participação em bloco da família é impraticável em face do mal-estar reinante entre seus membros que, em certos casos, poderiam chegar até à agressão física.

Há casos ainda mais sintomáticos, em que os pais como que renunciam, de forma temporária, aos cuidados que sempre dispensaram aos seus filhos. Por um certo período, “deixam os filhos” com o analista. As sessões realizam-se, então, com a presença do analista e dos “filhos sem pais”.

Finalmente, há famílias tão fragmentadas/abandonadas que o analista se vê num impasse: ir em frente ou recuar? Por exemplo, o que fazer quando um pai, em conflito com a ex-esposa/companheira, abandona ou é levado a abandonar os filhos? Então, sem sair do seu lugar³¹, o analista pode tomar uma medida considerada extremamente arriscada: o pai é convidado a comparecer ao consultório, para algumas entrevistas preliminares. Em seguida, todos juntos, numa mesma sessão de análise, começa-se um difícil, porém não impossível, processo de recomposição/resgate dos laços afetivos/familiares.³²

Nesse *setting/enquadramento* — um novo dispositivo, ampliado e flexibilizado o suficiente para receber uma família ou um cônjuge e criado especialmente para esse fim —, ele o paciente identificado (assujeitado), tem a oportunidade de, juntamente com sua família, realizar o que Lacan chama, em *A direção da cura e os princípios do seu poder*, de uma **retificação subjetiva**. Cada um dos membros da família, inclusive o paciente, é convidado/levado a falar de si com todas as possíveis implicações e responsabilidades.³³ Em se tratando de pacientes assujeitados e, também, de famílias em total estado de abandono, a proposta é a de “*tomar conta[...] mas sem se apoderar*”³⁴, até que ‘isso’ fale. As sessões vão funcionar “*comme un*

³¹ Entendo que a psicanálise, com Freud e depois dele, apresenta um leque extremamente abrangente: “... *poner las coordenadas de la situación analítica al servicio del discurso analítico. El analista se obliga a utilizar todos sus recursos para fundar y mantener-no un encuadre, un setting-sino un discurso. Desde esta perspectiva cada detalle de la técnica se revaloriza y por eso mismo se libera del ritual. Libertad de acción sí, pero para qué? Para el analista dispuesto a renunciar a todo intento de legislación o dominio y aceptando encarnar ese lugar insoportable de objeto ‘a’ logre interrogar al S.Y se abra así la posibilidad de que se produzca el significativo fundamental al que el sujeto ha quedado encadenado. Si esto se logra da lo mismo que sea parado, sentado o caminando por un jardín de Viena. El dispositivo freudiano que Lacan llama discurso analítico habrá funcionado.*” (ALVAREZ, 1984, p.76, citado por NEVES, João Francisco. Do pedido de tratamento ao “tratamento” do pedido: uma questão, in: Griphos Psicanálise, n.11, out.1993, p.13.).

³² Especialmente os três últimos parágrafos contêm pontuações a serem, no futuro, reexaminadas/teorizadas.

³³ MONTEZUMA, apud QUINET. Psicanálise e psiquiatria: controvérsias e convergências, p.138.

³⁴ MELMAN, *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*, p.149.

espace dynamique de reconstruction des traces mnésiques inconscientes de la famille."³⁵, ou seja, como um longo e doloroso processo de ressignificação.

Diante desse sujeito que chamo de assujeitado — alieni juris³⁶—, precariamente se sustentam quatro interrogações — Que escutar? Por que escutar? A quem escutar?³⁷ Como escutar? — que podem ser assim antevistas/ampliadas, mas de uma forma não necessariamente sequencial. Ficar na escuta, prioritariamente, do discurso desse único sujeito — ou seja, do paciente assujeitado —, que polariza todos os conflitos, embora sabendo que nos chamados casos extremos — estados-limites —, esse sujeito em potencial está, segundo as indicações da Psicanálise, fora dos critérios da analisabilidade? Ou ficar na escuta desse mesmo paciente, em um novo *setting*, agora ampliado, juntamente com seus familiares ou com o seu cônjuge? Neste caso, ficar na escuta simultânea dos diferentes discursos dos sujeitos, considerando-os isoladamente, sem maiores relações uns com os outros, e valorizando tanto o manifesto quanto o latente? Ou, ainda, ficar na escuta dos mesmos discursos, porém tratando-os, então, como um processo associativo, produzido pela trama dos discursos de cada sujeito, caracterizado como um discurso único, inconsciente, subjacente, que constitui uma espécie de tecido conjuntivo a ligar os discursos singulares que encontram, nele, sua sustentação?

Acostumado à escuta do discurso de um único sujeito, confesso, tive, no início, extrema dificuldade de apurar um “terceiro” ouvido, para, assim, desenvolver a escuta simultânea de quatro discursos — o do assujeitado, o do consciente e o do inconsciente de cada membro da família e, ainda, o subjacente aos três anteriores — tornando-os audíveis, ao mesmo tempo, na sua especificidade. Paralelamente, se os quatro são ouvidos/escutados em um mesmo tempo, os três primeiros ficam *in pectore*, enquanto o quarto, resultante da trama associativa, é o único a ser, num determinado momento, privilegiado — obviamente, sem se esquecer jamais dos outros — e interpretado quando for o caso.³⁸ Enfim, estou falando do discurso do inconsciente familiar, objeto primordial da escuta do analista de família. Desta forma, o

³⁵ "...como um espaço dinâmico de reconstrução dos traços mnésicos inconscientes da família..."(RUFFIOT, André. *La thérapie familiale psychanalytique*. p.VIII, Trad. do autor.

³⁶ Alieni juris, expressão jurídica que significa “incapaz” juridicamente, opõe-se, pois, a *sui juris*.

³⁷ A partir desse novo enfoque, faz-se necessário redefinir o conceito de “paciente”. É sabido que a Psicanálise trouxe da clínica médica a equação “um paciente, uma pessoa”. O contorno da pele era, até então, o limite. Ainda com relação ao tema, um paciente, em psicanálise individual, fez uma alusão a *pele* que me pareceu extremamente sugestiva. Referindo-se a si mesmo, ele fala das suas três peles: a primeira, o útero; a segunda, a que limita o seu corpo; e, finalmente, a terceira pele, a própria família, que o envolve mais amplamente.

³⁸ Em casos especiais, é preciso interpretar o sujeito na família...

analista como pai mítico propõe-se a sustentar a volta, para o interior da família/sujeito, da função paterna, até então praticamente inexistente em face da precária estruturação edípica.³⁹

Para (não) concluir

Diante do que foi dito, ao se pensar nas questões levantadas quanto às indicações e contra-indicações da Psicanálise — especialmente no que se refere a pacientes até há algum tempo considerados fora do âmbito dessa prática —, o divã de Procusto⁴⁰ parece-me uma metáfora bastante sugestiva. Com o propósito de reverter essa desdita, proponho:

- mudança no dispositivo psicanalítico — a escuta de família/casal deve ser considerada uma forma, entre outras: contextualizar é a proposta; distinguir sem separar, respeitando-se todas as implicações mútuas, é a episteme que sustenta a escuta analítica da família e de casal;
- mais construção e menos interpretação;
- atenção, em primeiro lugar, aos afetos, aos olhares que estão sempre presentes no *setting*, mesmo porque os conteúdos são, quase sempre, pobres ou praticamente inexistentes;
- por fim, intenção de ficar sempre alerta visando a uma clínica psicanalítica do social a partir da articulação da escuta do sujeito com a escuta da cultura.

³⁹ Novamente, trata-se de um trecho (este parágrafo e o anterior) extremamente denso que, num futuro próximo, pretendo, por meio de uma espécie de “desconstrução”, reexaminar.

⁴⁰ Procusto, segundo a mitologia grega, era um bandoleiro que, eventualmente, oferecia uma espécie de “ajuda” a viajantes. Quando a aceitavam, ele colocava-os numa cama de ferro e, se fossem maiores que esta, cortava o que excedia ou, se fossem menores, esticava-os, usando toda a força necessária.

Como já disse em outro texto, essa conduta está em consonância com:

"...o rico instrumental oferecido pela Psicanálise, tanto teórico quanto clínico, [que] pode e deve ser colocado à disposição de todo e qualquer sujeito, indiferentemente da patologia de cada um. Aliás, a Psicanálise, se o foi um dia, na atualidade, não deve ser mais considerada uma propriedade dos psicanalistas ou das escolas psicanalíticas. Ao contrário, trata-se de uma conquista do homem, sendo Freud, entre todos, aquele que melhor expressou esse achado. E mais: nunca recuar. A práxis nascida da teoria e da clínica deve responder aos questionamentos dos analisandos. Sejam quais forem a sua história, idade ou diagnóstico, haverá sempre uma possibilidade de escuta." (NEVES, 2001, p.1)

Essas reflexões fazem eco com as preocupações de muitos analistas, que, presentemente, se perguntam se o recalçado deve ser o objeto único da escuta/intervenção deles ou se eles devem, também, estar à escuta de outros questionamentos.

Afinal, a Psicanálise, hoje, mais do que em qualquer outro tempo, não pode e não deve se preocupar apenas com o individual. Além do mundo interno do sujeito, é preciso estar atento à realidade que o cerca. E ousar dizer que os limites da analisabilidade são os limites do próprio analista.

Para mim, o ofício de analista é, antes de tudo, um projeto a ser, aos poucos, desconstruído/reconstruído e, novamente, construído/desconstruído. Portanto é sempre crítico e sua principal proposta é a de possibilitar ao sujeito um encontro, cada vez mais próximo, com seu desejo.

Finalmente, creio e reafirmo que o analista deve estar sempre de sobreaviso — numa espécie de atenção flutuante “*avant la lettre*”— contra os limites não só dos seus analisantes mas também dos seus próprios. Afinal, prefiro concordar — e cada vez mais — com André Green⁴¹ e parafraseando-o, ou indo talvez um pouco além, pensar que não existem, em princípio, pacientes/famílias/casais francamente refratários à análise, mas que o que existe, na realidade, são pacientes/famílias ou, mesmo, casais que não podem ser por mim analisados/curados. Ainda assim, é preciso estar-se sempre disposto a um retorno. Nesse

⁴¹ André Green afirma: "Não penso que qualquer paciente seja analisável, mas prefiro pensar que ele não o é por mim." (POIAN, Carmen Da (Org.). *Formas do vazio: desafios ao sujeito contemporâneo*, p.22).

sentido, convido todos aqui presentes, como fez Max Weber, a se mostrarem “à altura do cotidiano” para se tornarem capazes “de olhar de frente o destino severo de sua época.”⁴²

Com esse espírito, corroboro as palavras de Francis Scott Fitzgerald, num dos seus últimos textos: “Deveríamos poder compreender que as coisas são sem esperança e, entretanto, estar decididos a mudá-las”⁴³. Penso que, assim agindo, nos tornamos, a cada passo — quem sabe um dia? — verdadeiramente humanos...

Vou encerrar, novamente, recorrendo a Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas:

“Despedir dá febre. (...) Razão por que fiz? Sei ou não sei. (...) Só aos poucos é que o escuro é claro. (...) De ás eu pensava claro, de bês (...) não pensei não. (...) Dificultoso, mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até no rabo da palavra (...), mas os caminhos não acabam.” (ROSA, 1994).

Texto registrado sob o nº 390.634 – Livro: 726, Folha 294, no Escritório de Direitos Autorais, da Fundação Biblioteca Nacional – Ministério da Cultura – Brasil. Em 26 de Outubro de 2006.

⁴² TACUSSEL, Patrick. In: MAFFESOLI, Michel. Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo. p.105.

⁴³ LEBRUN, J.P. *Um mundo sem limite*, 2004, p.213.

Referências Bibliográficas:

ALVAREZ, 1984, apud NEVES, João Francisco in: Do pedido de tratamento ao “tratamento” do pedido: uma questão. *Griphos – psicanálise*, Belo Horizonte, n.11, out. 1993, p. 12-15. Belo Horizonte: Santa Edwiges, 1993.

BIRMAN, Joel. Psicanálise e o pensamento moderno. In: HERZOG, Regina (org.). *A psicanálise e o pensamento moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. 148 p.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução: Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 5ª

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. Tradução Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V.1, 418 p. (Rumos da cultura moderna,53)

CID-10

EHRENBERG, Alain (1998) apud PRATA, Regina. Da norma disciplinar à iniciativa: os processos subjetivos e os parâmetros normativos contemporâneos, p. 37-67. In: *Formas de subjetivação*. Org. Carlos A. Peixoto Júnior. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

FORTES, Isabel. O sofrimento na cultura atual: hedonismo versus alteridade. In: PEIXOTO JR, Carlos Augusto (org). *Formas de subjetivação*.

FREUD, Sigmund. A interpretação de sonhos (1900) In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v.XVI, p. 523-541. Rio de Janeiro: Imago,1999.

GIDDENS, Antony. *Modernidade e identidade*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233p.

GREEN, André. In: POIAN, Carmem da (org.). *Formas do vazio: desafios ao sujeito contemporâneo*. São Paulo: Via Lettera, 2001. p.22.

HEIDEGGER, Martin. *Le most de Nietzsche ‘Dieu est mort’*. Em: *Chemins qui ni ne m/énet nulle part*. Paris: Gallimard, 1997. In: BEZERRA, Benilton; PLASTINO, Carlos Alberto (orgs.). *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. 377 p.

LACAN, Jacques. *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, p. 591-652. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LEBRUN, Jean-Pierre. *Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

MEIRELES, Marilucia Melo. *Anomia: a patologia social na virada do milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. 110 p. (Clínica psicanalítica).

MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Tradução: Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. 211p.

MONTEZUNA, Márcia Amaral. *A clínica na saúde mental*, apud QUINET, Antonio (Org.). *Psicanálise e psiquiatria: controvérsias e convergências*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. 286p. (Bacamarte: Psicanálise e psiquiatria, 3).

NEVES, João Francisco. *Uma escuta possível*, 2001.

NOGUEIRA FILHO, Durval Mazzei. *Toxicomania*. São Paulo: Escuta 1999. 127p.

PELLEGRINO, Hélio et al. *Grupo sobre grupo*.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 199p.

ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. In: _____. *Obras completas*, v.2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

Disponível em www.scribd.com/doc/2208932/Rosa-J-G-Grande-Sertap-Veredas.

RUFFIOT, A., EIGUER, A., et al. *La thérapie familiale psychalytique*. Paris: Bordas, 1981. 215 p. (Inconscient et culture).

SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. *A crítica ao eu na modernidade em Montaigne e Freud*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.275p.

TACUSSEL, Patrich. In: MAFFESOLI, Michel. *Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo Michel Maffesoli*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004. 115p.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!: Cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 191p.

Consultas à Internet:

Sui Juris. Site: www.google.com.br Acesso em 01/10/2004.

História Geral/ Revolução Francesa. [Http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-geral/revolucao-francesa.html](http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-geral/revolucao-francesa.html).

João Francisco Neves

Psicanalista

Sócio Fundador do Phorus i.p. – Instituto de Psicanálise.

Consultório:

Rua: Santa Catarina, nº1495.

Bairro: Lourdes

CEP: 30170-081

Belo Horizonte – Minas Gerais

Contatos: (31) 3335-8388

(31) 9975-1495

E-mail: nevesj@terra.com.br